

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPREVI –
15/12/2021

Na data de quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se início a 12ª (décima primeira) Reunião Ordinária deste Conselho Deliberativo, realizada na Sala de Reuniões do IPREVI, localizada à Av. dos Expedicionários, n.º 301, Centro, Itatiaia/RJ, convocada através da Carta/CD/IPREVI/014/2021 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Cintia Quartin Figueiredo, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Juliana de Melo Rosa, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Marinez Cristina Adão, Mário Célio Maia Gouvêa e Valdirene Rocha. As pautas a serem tratadas no dia eram: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - Mês: Novembro/2021; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - Competência: Novembro/2021; c) Apresentação do Relatório Simplificado de Gestão - Competência: Novembro/2021; d) Apresentação do Relatório de Prova de Vidas realizadas no mês de Novembro de 2021; e) Apresentação do Relatório de pensões e aposentadorias concedidas no mês de Novembro/2021; f) Apresentação do Acompanhamento de Acordo de Parcelamento do Mês de Novembro/2021; g) Apresentação do Controle Mensal da Taxa de Administração do Mês de Novembro/2021; h) Apresentação de Compensação Previdenciária do Mês de Novembro/2021; i) Apresentação, análise e aprovação do balancete - Competência: Novembro/2021; j) Apresentação, análise e aprovação do Relatório Trimestral do Controle Interno - Competências Julho-Agosto-Setembro/2021; k) Outros. Começando a reunião, a Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, saudou a todos e procedeu para apresentação dos relatórios pertinentes à área de investimentos. Esses foram iniciados pelo Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI durante a competência de novembro, sendo evidenciado que em renda fixa, que representou 51,36% (cinquenta e um vírgula trinta e seis por cento) da carteira, apenas um dos catorze fundos com alocação teve desempenho negativo. No segmento de curto prazo, as alocações representaram 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento), enquanto o médio prazo ficou com 19,54% (dezenove vírgula cinquenta e quatro por cento) das alocações, longo prazo com 4,99% (quatro vírgula noventa e nove por cento), gestão duration com 21,50% (vinte e um vírgula cinquenta por cento). Na categoria de renda variável, que representou 37,99% (trinta e sete vírgula noventa e nove por cento) das alocações da carteira, apenas dois dos vinte e um fundos de renda variável tiveram rentabilidade positiva, ambos do segmento de ações. Esse último representou 27,46% (vinte e sete vírgula quarenta e seis por cento) das alocações, enquanto o segmento de multimercado contou com 9,72% (nove vírgula setenta e dois por cento) das alocações e o fundo do segmento imobiliário representou 0,85% (zero vírgula oitenta e um por cento) da alocação dos recursos da carteira. Já em relação aos investimentos no exterior, cuja alocação dos recursos ficou em 10,65% (dez vírgula sessenta e cinco por cento), os seis fundos tiveram performance negativa. Como última categoria, foi apresentado o desempenho dos fundos onde se encontram alocados os recursos da Taxa de Administração para esse exercício, bem como sua reserva para construção da sede, ambos de curto prazo e com resultado positivo. Assim, o fundo de reserva teve um retorno de R\$ 18.911,12

anamj





[Handwritten signature]

ll

mm

ac
[Handwritten signature]

(dezoito mil, novecentos e onze reais e doze centavos), derivando em um saldo de R\$ 3.017.861,17 (três milhões, dezessete mil, oitocentos e sessenta reais e dezessete centavos) enquanto o fundo da taxa de administração do exercício teve um resgate de R\$ 104.016,76 (cento e quatro mil, dezesseis reais e setenta e seis centavos) para custeio das despesas administrativas e um retorno de R\$ 3.642,05 (três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinco centavos), fechando o mês com um saldo de R\$ 511.612,29 (quinhentos e onze mil, seiscentos e doze reais e vinte e nove centavos). Assim, ao se apreciar os recursos financeiros de novembro de 2021, a categoria de renda fixa ficou com o saldo de R\$ 86.726.343,88 (oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos) e uma alocação de 51,29% (cinquenta e um vírgula vinte e nove por cento), a categoria de renda variável teve um saldo de R\$ 64.154.424,88 (sessenta e quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) e um percentual de 37,94% (trinta e sete vírgula noventa e quatro por cento), os ativos no exterior tiveram como saldo R\$ 17.988.515,51 (dezessete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e um centavos) e uma alocação de 10,64% (dez vírgula zero sessenta e quatro por cento), já os depósitos a vista ficaram com um saldo de R\$ 214.498,94 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos) e um percentual de 0,13% (zero vírgula treze por cento). Os recursos, portanto, fecharam a competência com o valor global de R\$ 169.083.783,21 (cento e sessenta e nove milhões, oitenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos). Quando da alocação dos investimentos por IF, verificamos que a BB Gestão de Recursos DTVM permaneceu na posição de maior percentual de alocação, com 21,56% (vinte e um vírgula cinquenta e seis por cento) dos recursos da carteira alocados em seus fundos, seguida pela Caixa Econômica Federal com 19,81% (dezenove vírgula oitenta e um por cento) e pelo Santander Brasil Asset Management com 11,67% (onze vírgula sessenta e sete por cento), sendo o restante da carteira distribuídos por IFs com menos de 10% (dez por cento) de alocação cada. Em seguida, houve a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos relativo ao mês de novembro, elaborado pela consultoria de investimentos. Dentre os principais dados apresentados, como fundos que formaram a carteira, o saldo, porcentagem de participação e classificação na Resolução CVM n.º 3922, foram expostos também os enquadramentos, desenquadramentos, análise de risco e rentabilidade dos fundos. Nesse sentido, foi demonstrado que no mês de novembro houve uma rentabilidade geral de R\$ 290.762,95 (duzentos e noventa mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos), representando um retorno do mês de 0,18% (zero vírgula dezoito por cento), face uma meta para o mês de 1,02% (um vírgula dois por cento). Logo, o saldo do mês foi fechado em R\$ 165.339.810,81 (cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e dez reais e oitenta e um centavos), sendo que com o resultado de novembro, o retorno acumulado do exercício se encontrou em menos R\$ 4.148.764,11 (quatro milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e onze centavos), resultando em uma porcentagem de rentabilidade acumulada até o mês de novembro de menos 2,49% (dois vírgula quarenta e nove por cento) enquanto a meta acumulada figura em 14,40% (quatorze vírgula quarenta por cento), existindo assim, um gap acumulado de menos 17,26% (dezessete vírgula vinte e seis por cento). Após a apreciação dos relatórios da área de investimentos, prosseguiu-se para o Relatório Simplificado de Gestão, esse último



demonstrou que em novembro foram pagos duzentos e oitenta e três aposentados e cento e doze pensionistas. No que se refere aos aposentados, R\$ 396.732,53 (trezentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos) foram custeados pelo IPREVI e R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos) pela PMI. Já quanto aos pensionistas, foram custeados pelo IPREVI R\$ 124.603,68 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e três reais e sessenta e oito centavos) e pela PMI, R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Assim, foram pagos pelo IPREVI referente ao Plano Previdenciário R\$ 521.336,21 (quinhentos e vinte um mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) e pela PMI referente ao Plano Financeiro, R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Dessa maneira, a folha mensal representou um montante de R\$ 445.143,63 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e três centavos) com as aposentadorias e R\$ 157.210,80 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e dez reais e oitenta centavos) com as pensões, representando um saldo total de R\$ 602.354,43 (seiscentos e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos). A pauta posterior foi a análise do Relatório do Controle Interno referente aos principais números do setor de Benefícios e Protocolo até o mês de Novembro, sendo demonstrado que até a competência já foram realizados trezentos e quarenta e três recadastramentos de aposentados e pensionistas de um montante a recadastrar do mesmo número, tendo em vista que houveram dois falecimentos de beneficiários. Especificamente em novembro, foram recadastrados todos os vinte e cinco aposentados aniversariantes e os treze pensionistas. Quanto à composição dos benefícios, no fechamento de novembro, cinquenta e três beneficiários correspondiam à categoria de aposentadoria por incapacidade, quarenta e quatro à categoria de aposentadoria por tempo de contribuição, quatorze à aposentadoria compulsória, cento e setenta e cinco à aposentadoria por idade e cento e doze à pensão por morte, totalizando trezentos e noventa e oito beneficiários. Assim a folha de pagamento dos beneficiários do mês foi composta 44 % (quarenta por cento) por aposentados por idade, 28,10% (vinte e oito vírgula dez por cento) por pensionistas, 13,30% (treze vírgula trinta por cento) por aposentados por incapacidade permanente, 11,10% (onze vírgula dez por cento) por aposentados por tempo de contribuição e 3,50% (três vírgula cinquenta por cento) por aposentados compulsoriamente. No que se refere ao Setor de Protocolo, ficou demonstrado que foram abertos no mês de novembro: quatro processos de solicitação de benefícios e dezessete administrativos, não tendo sido cancelado nenhum processo na competência, totalizando vinte e um processos abertos. Dessa maneira, até o final do mês, foram abertos no exercício, quarenta e oito processos de solicitação de benefício previdenciário, duzentos e seis processos administrativos e cancelados sete processos abertos, totalizando assim, duzentos e sessenta e um processos na Autarquia. Após, foi apresentado o relatório referente às compensações previdenciárias, esse demonstrou que em novembro foi fechado um valor a pagar de R\$ 1.973,54 (mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), referente à quatro compensações, um valor a receber de R\$ 2.703,41 (dois mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos) referente à seis compensações, tendo sido efetivamente recebido o valor de R\$ 729,87 (setecentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos). Até o fechamento da competência, havia sessenta e oito requerimentos em análise, o somatório do valor a pagar até o mês de novembro é de R\$ 23.894,91 (vinte e três mil, oitocentos e noventa e quatro reais e

RAM: U. ~~PPD~~ mmm...

u
Aparelho
PPD

noventa e um centavos), R\$ 32.440,92 (trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) de valor a receber, tendo efetivamente recebido R\$ 8.546,01 (oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e um centavo). Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, esse último demonstrou que durante o mês de novembro foram utilizados R\$ 53.348,94 (cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, totalizando um montante despendido para tal até o referido mês durante o exercício de R\$ 511.918,69 (quinhentos e onze mil, novecentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), e R\$ 54.016,64 (cinquenta e quatro mil, dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) com folha de pagamento dos servidores, diretoras, cargo comissionado, estagiários e suas respectivas contribuições patronais, totalizando um montante de R\$ 617.832,34 (seiscentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos) com a referida despesa. Assim, foram utilizados até o fechamento de setembro R\$ 1.129.751,03 (um milhão, cento e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e três centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinquenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 481.309,53 (quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e nove reais e cinquenta e três centavos) sem a rentabilidade da manutenção da taxa em fundo de investimento de curto prazo. Ao finalizar o relatório do Controle Interno, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Novembro que fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 171.752.358,68 (cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, tendo sido pagos até o momento um montante geral de R\$ 9.960.344,43 (nove milhões, novecentos e sessenta mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 18.913.897,52 (dezoito milhões, novecentos e treze mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, já foram adimplidos R\$ 15.462.128,65 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), restando um valor a pagar de R\$ 45.766.522,12 (quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e doze centavos). Uma vez com a aprovação da Lei Municipal que trata da implementação de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, a Lei Municipal 936/2018 deixará de ter vigência a partir de 2022, e os repasses realizados serão feitos de acordo com a alíquota. A pauta seguinte foi a apreciação do Relatório Trimestral do Controle Interno referente ao 3º Trimestre de 2021 (Julho/Agosto/Setembro). Esse foi iniciado na introdução com o delineamento das atribuições do Controle Interno, seguindo para a formação da estrutura organizacional da Autarquia, com seu organograma, constituição da Diretoria Executiva, órgãos colegiados, provimentos de cargo em comissão, efetivo e funções gratificadas. Foi analisada a composição dos segurados do RPPS em setembro em

Carla M. J.

W. P.

M. M. M.

ac

Plano
[assinatura]

comparativo aos dois últimos exercícios, sendo demonstrado que 0,70% (zero vírgula setenta por cento) dos segurados ativos, pensionistas e aposentados eram da CMI, 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) do IPREVI e 98,63% (noventa e oito vírgula sessenta e três por cento) eram da PMI. No tocante aos benefícios previdenciários, foi demonstrado que o Controle Interno analisou doze solicitações de aposentadoria e três de pensão por morte, tendo sido concedidos no terceiro trimestre quinze benefícios. Assim de janeiro a setembro, foram abertos trinta e três processos de solicitação de aposentadoria, dos quais vinte e oito foram concedidos, quatro indeferidos e um ainda estava em análise no fechamento da competência, enquanto foram abertos quatro processos de solicitação de pensão, todos concedidos, e todas as dezenove CTCs solicitadas foram concedidas. Quando comparado todos os benefícios de aposentadoria concedidos em 2020 com os concedidos até setembro de 2021, observa-se um acréscimo de 100% (cem por cento) na concessão, enquanto as pensões decresceram na ordem de 80,95% (oitenta vírgula noventa cinco por cento). Assim, em setembro, 71% (setenta e um por cento) dos beneficiários eram aposentados e 29% (vinte e nove por cento) eram pensionistas. Foi demonstrado ainda que até setembro foram realizados todos os recadastramentos de aposentados e pensionistas, tendo ocorrido o óbito de dois aposentados a recadastrar, enquanto no geral, ocorreu o óbito de onze segurados. O relatório expôs ainda que foram apurados até o mês de setembro, oito acumulações ilícitas foram identificadas e as providências devidamente adotadas. No que se refere ao Setor de Protocolo, 78% (setenta e oito por cento) dos processos abertos foram da categoria administrativa, 18% (dezoito por cento) da categoria de solicitação de benefícios e 4% corresponderam à cancelados. No tocante à Gestão da Folha de Pagamentos, a folha dos beneficiários em setembro foi composta em 60,05% (sessenta vírgula cinco por cento) pelos aposentados do plano previdenciário, 8,04% (oito vírgula quatro por cento) dos aposentados do plano financeiro, 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento) dos pensionistas do plano previdenciário e 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), no montante total de R\$ 591.989,60 (quinhentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). Já a folha de pessoal da própria Autarquia, no fechamento do trimestre, setembro, foram pagos R\$ 48.053,67 (quarenta e oito mil, cinqüenta e três reais e sessenta e sete centavos) relativos ao total de proventos. A folha foi composta em 67% (sessenta e sete por cento) por cento pelos estatutários, 17% (dezessete por cento) pela Diretoria Executiva, 11% (onze por cento) pelos estagiários e 5% (cinco por cento) pelo cargo comissionado. Foi demonstrado ainda que foram editadas onze portarias funcionais pelo IPREVI durante o terceiro trimestre e uma portaria PMI relativa ao IPREVI, que foram descritas no relatório. Foi relatado ainda, o gozo de licença-maternidade pelo Cargo Comissionado e a concessão de três férias no período. Em seguida, tratou-se da execução orçamentária e financeira, no qual se demonstrou que, no período de julho a setembro, as Receitas Orçamentárias e Extraorçamentárias foram de R\$ 9.448.851,40 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e um reais e quarenta centavos), enquanto as "Despesas Orçamentárias/Intraorçamentárias e Extraorçamentárias" foram de R\$ 10.858.150,53 (dez milhões, oitocentos e cinqüenta e oito mil, cento e cinqüenta reais e cinqüenta e três centavos). Demonstrou-se ainda que no final do trimestre havia um saldo da Taxa de Administração de 2021, sem rentabilidade, R\$ 703.702,79 (setecentos e três mil, setecentos e dois reais e setenta e nove centavos). Quanto às contribuições previdenciárias do período em análise, foi postulado que essas, assim



como os aportes mensais destinados à amortização do déficit e das parcelas dos acordos de parcelamento, foram devidamente repassados. No tocante ao COMPREV foram trazidos o valor a pagar, a receber, bloqueados, valor a receber compensado e valor recebido até setembro, bem como os números das compensações pagas, recebidas, requerimentos aprovados, indeferidos e em análise. No tocante à categoria de investimentos, cujos procedimentos foram verificados em conformidade. Sendo demonstrada a alocação dos recursos financeiros conforme segmento de referência, a divisão da alocação por tipo de categoria bem como os resultados da rentabilidade face meta atuarial durante o terceiro trimestre. Logo após foi tratado acerca das reuniões dos órgãos colegiados, tratando de sua quantidade e disponibilização das atas. Prosseguindo para análise área financeira, foram analisados os processos de adiantamentos, balancetes, a situação de bloqueio em 2004 em fundo de investimentos no Bancos Santos, o encaminhamento dos demonstrativos para o CADPREV, credenciamento de novas e renovações de instituições financeiras - doze realizadas no período, resultados da Contabilidade, execução orçamentária, bem como o encaminhamento da prestação de dados contábeis e financeiros. Foram tratados ainda os pagamentos realizados durante o terceiro trimestre, a homologação de processos de compras e licitações e seus registros, os andamentos dos processos de Prestação de Contas ao TCE/RJ. Todos os atos da análise da área financeira foram examinadas em conformidade, o mesmo que ocorreu com a análise da área administrativa, que analisou a situação do almoxarifado, arquivo da instituição, alteração da legislação previdenciária, atendimentos realizados pela Autarquia, bens patrimonial, certificado de regularidade previdenciário, compras, contratos, denúncias/representações, instalação e equipamentos, informática, licitações, obras e serviços de engenharia. Enquanto se discorria sobre esse último, foi notificado aos conselheiros que de fato o contrato de elaboração de projetos básicos entre a PMI e ICANP, do qual derivou o projeto da sede do IPREVI, não possui a previsão dos projetos complementares necessários para o procedimento. Prosseguindo, foi vista a questão da ouvidoria, parcelamento da dívida de contribuições previdenciárias, acordo de amortização do déficit atuarial e atos de pessoal. Os atos praticados pela área administrativa também foram avaliados em conformidade. Por fim, foram tratadas as práticas de transparência da Instituição bem como da situação do Pró-Gestão da Autarquia. Assim, a análise conclusiva do Controle Interno foi pela regularidade dos procedimentos realizados no 3º Trimestre de 2021. Finalizado o conteúdo pautado, os membros do Conselho Deliberativo se manifestaram pela conformidade do parecer da 12ª Reunião Ordinária. Nada mais tendo a tratar, a Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, declarou encerrada a reunião. Eu, Juliana de Melo Rosa, lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes.

Juliana de Melo Rosa, Cintia Quartin Figueiredo,
Gabriela de Brito Silva de Azevedo, Mariana José Leite
Mendes de Oliveira, Márcia Cristina de Azevedo,
Alessandra Arantes Marques.